

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL/CE.

**IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA AO EDITAL CONVOCATÓRIO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL/CE

PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA: 01.29.03.2021 - PE

**IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA AO EDITAL CONVOCATÓRIO**

FUN NIGHT EVENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, constituída na modalidade de sociedade limitada unipessoal, inscrita no CNPJ sob o nº 13.690.097/0001-53, com sede na Rua Professor Sila Ribeiro, 173, B, Papicu, CEP 60175-135, Fortaleza/CE, por intermédio de seu representante legal, o Sr. ASTHON GUILHERME DA SILVA NETO, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF sob o nº 035.852.213-78 e no RG sob o nº 2000010516000-SSP/CE (documentos de identificação inseridos no endereço eletrônico do portal "bllcompras"), vem, tempestivamente, com o devido respeito, perante o Ilmo. Sr. PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL/CE, apresentar IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA AO EDITAL CONVOCATÓRIO, tendo em consideração o edital em epígrafe, pelos fatos e fundamentos jurídicos que adiante passa a articular.

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

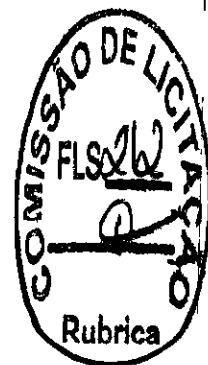
Em análise à tempestividade, a legislação indica a possibilidade de apresentação da impugnação até três dias úteis antes da realização do certame, e com o protocolo na presente data, resta demonstrada a tempestividade.

**II - DO BREVE RELATO FÁTICO**

Oportunamente, trata-se de um pregão a ser realizado na forma eletrônica por este Município, cujo objeto é o "Registro De Preços Para Aquisicao De Material Gráfico Visando Atender As Necessidades Da Secretaria De Educação, Cultura, Desporto E Juventude E Secretaria De Saúde Do Município De Cascavel-Ceara, Conforme Projeto Básico/Termo De Referência Em Anexo Do Edital".

Dessa forma, a licitante, tradicional atuante no ramo de atividade compatível com o objeto da licitação em questão, identificou a publicação referente ao pregão mencionado e interessou-se em participar do certame público, uma vez que é atuante especializado na atividade compatível com o objeto do edital, qual seja a CONFECÇÃO DE BANNERS GRÁFICOS, tendo firmado contratos com várias outras tomadoras de serviços.

*Assinado*



Todavia, em análise ao instrumento editalício convocatório, causou desconforto uma disposição que visivelmente fere os dispositivos estampados na Constituição Federal e na Lei nº 8.666/93, e, por consequência, o direito do licitante, visivelmente **RESTRINGINDO O CARÁTER COMPETITIVO DAS LICITAÇÕES.**

O ponto em questão se deu pelo fato de ter sido exigido, em um lote só, quais sejam os **LOTES 01 e 03**, conforme indicado no Termo de Referência, vários produtos de **SEGMENTOS ANÁLOGOS, PORÉM DISTINTOS.**

Para ser mais claro, exigiu-se, **NO LOTE 01**, que o licitante interessado apresentasse preços para vários produtos, mais de 191 (cento e noventa e um) tipos, de todas as formas. Vejamos abaixo a confusa relação de itens lançados, revelando a dificuldade da impugnante:

- Agendas
- Impressão digital
- Blocos de abastecimento
- Adesivo vinil leitoso
- Atestado médico
- B.P.A. individualizado
- Crachás
- Bloco de protocolo
- Caderneta de vacinação
- Diários
- Banners em lona
- Folders
- Pastas
- Apostilas
- Envelopes
- Impressões digitais
- Etc.

O **LOTE 03** também apresenta diversos tipos de produtos, dentre os 18 (dezoito) itens indicados:

- Confeção de totem em gel
- Adesivo leitoso
- Convites
- Banners em lona
- Troféus em acrílico
- Medalhas em acrílico
- Cópias fotostáticas
- Encadernação
- Etc.

Quanto ao **LOTE 02**, importa informar que houve divisão adequada dos itens, conforme sua segmentação e especialidade, ao contrário dos lotes reclamados.

*Alfonso*



É sabido que os produtos indicados, embora sejam do mesmo segmento gráfico, são produzidos e comercializados por empresas diferentes, pois cada um apresenta sua especificidade e técnica apropriada.

Poderíamos falar que há possibilidade de uma empresa fornecer todo o material indicado no edital, claro, afinal existem inúmeras empresas com poder aquisitivo absurdo e que conseguem abarcar diversas formas de produção em seu segmento.

Acontece que a forma em que os lotes se encontram divididos acaba por beneficiar somente tais empresas, somente aquelas empresas que produzem todo tipo de material gráfico, aniquilando qualquer pretensão de empresas menores que são especializadas em um só tipo de produção gráfica.

Para o caso da impugnante, sua especialidade é a confecção e instalação de banners gráficos, logo, não teria como apresentar proposta de preços para os demais itens, pois não os fabrica, e isso definiria a sua ausência no certame licitatório.

Percêbe-se, portanto, que a forma em que os produtos se apresentam nos lotes indicados restringem obviamente o caráter competitivo da licitação, pois frustra os interessados que não conseguem apresentar preços para produtos que não comercializa, favorecendo grandes empresas que apresentam condição do fornecimento de vários tipos de produtos.

Além disso, manter os lotes da forma reclamada é assumir a intenção de onerar os cofres da Administração Pública interessada, visto que tal investida deixa de lado o concorrente menor que apresenta uma produção específica, e certamente poderia apresentar um preço vantajoso e com condições ideais de qualidade.

A medida é visivelmente prejudicial ao caráter competitivo da licitação, uma vez que impede com que inúmeros licitantes interessados deixem de participar do certame, uma vez que apresentam especialidade em somente uma parte dos itens a disposição, e muito raramente existirá aquele que poderá cotar preços adequados para uma disputa sadia e em atenção ao interesse da Administração Pública.

Além disso, a Administração deve sempre ter em mente os melhores preços para aquisição do material, isso vislumbrando a maior economia possível para o Erário Público, afastando gastos desnecessários. Sem dúvida alguma a medida reclamada, caso assim continue, poderá gerar inúmeros prejuízos para a Administração, tendo em vista que os licitantes que poderão apresentar preços interessantes estarão sendo sumariamente excluídos da competição, além de ferir os direitos do impugnante.

A exigência constante no edital atacado não é a melhor maneira a ser adotada, e deste modo, por entender que a exigência feita restringe o caráter competitivo da licitação e inibe a sua participação, a licitante apresenta a presente impugnação, pelos fundamentos jurídicos adiante expostos.

*Handwritten signature*



### III - DO DIREITO

Uma prática que tem se tornado comum por parte dos administradores públicos é o critério de licitação por lote único ou vários lotes com uma grande quantidade de produtos, em que se faz necessário que a proposta dos licitantes englobe toda a execução do objeto, mesmo que nesta se incluam concomitantemente aquisição de materiais, obras e prestação de serviços, atividades de natureza distinta e que poderiam ser prestadas por diversas empresas.

Não obstante a Administração Pública apresente argumentos em defesa de tal procedimento, os quais são insuficientes, por si só, para justificar a licitação por lote único, em consonância com o que dispõe o artigo 23, § 1º, da Lei 8666/93, *in verbis*:

**"As obras, serviços e compras efetuadas pela administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnicas e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação em vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala".**

O TCU, na Decisão 393/94 do Plenário, assim se posicionou:

**"Firmar o entendimento, de que, em decorrência do disposto no art. 3º, § 1º, inciso I; art. 8º, § 1º e artigo 15, inciso IV, todos da Lei nº 8.666/1993, é obrigatória a admissão, nas licitações para a contratação de obras, serviços e compras, e para alienações, onde o objeto for de natureza divisível, sem prejuízo do conjunto ou complexo, da adjudicação por itens e não pelo preço global, com vistas a proporcionar a ampla participação dos licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam contratar, fabricar ou prestar serviços e bens em unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequarem-se a essa divisibilidade".**

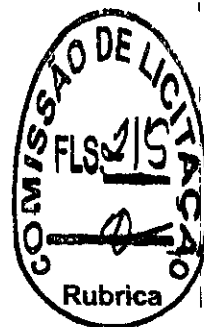
Na esteira desse entendimento, foi publicada a Súmula nº 247 do TCU, o qual estabeleceu:

**"É obrigatória a divisão do objeto de licitação em itens e não por preço global, no âmbito da licitação para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista a diversidade de produtos e a ampla participação dos licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam contratar, fabricar ou prestar serviços e bens em unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequarem-se a essa divisibilidade".**

A licitação por itens, nas precisas palavras do Prof. Marçal Justen Filho,

**"Consiste na concentração, em um único procedimento, de uma pluralidade de certames, de que resultam diferentes contratos. A licitação por itens corresponde, na verdade, a uma multiplicidade de licitações, cada qual com existência própria e**

*Albuquerque*



dotada de autonomia jurídica, mas todas desenvolvidas conjuntamente em um único procedimento, documentado nos mesmos autos"<sup>1</sup>.

Continua o autor ensinando que "a licitação por itens deriva do interesse em economizar tempo e recursos materiais da Administração Pública, agilizando a atividade licitatória"<sup>2</sup>.

Nesse ponto, restá claro que o legislador presume que os PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA COMPETITIVIDADE, tão caros à Administração, coadunam-se mais com esse tipo de licitação, o qual deve ser a regra, DEIXANDO A LICITAÇÃO POR LOTE ÚNICO COMO EXCEÇÃO.

Para o administrativista Jessé Torres Pereira Júnior, ao comentar acerca do parcelamento do objeto, o dispositivo pretende:

**"Ampliar a competitividade no âmbito do mesmo procedimento licitatório, destinado à compra da integralidade do objeto. A licitação admite a possibilidade de cada licitante apresentar-se por lote para obter quantidade parcial do objeto, na expectativa de que tal participação formasse mosaico mais variado de cotações de preço, barateando a compra, de um lado, e PROPORCIONANDO MAIOR ACESSO AD CERTAME A EMPRESAS DE MENOR PORTE, de outro"**<sup>3</sup>.

O mesmo autor ensina que, *"existindo a possibilidade de parcelamento do objeto, esse é dever da Administração, sob pena de descumprir princípios específicos da licitação, TAL COMO O DA COMPETITIVIDADE"*<sup>4</sup>.

Perfilhando o mesmo entendimento, JUSTEN FILHO<sup>5</sup> ensina:

"O fracionamento conduz à licitação e contratação de objetos de menor dimensão quantitativa, qualitativa e econômica. Isso aumenta o número de pessoas em condições de disputar a contratação, inclusive pela redução dos requisitos de habilitação (que serão proporcionados à dimensão dos lotes). Trata-se não apenas de realizar o princípio da isonomia, mas da própria eficiência."

Portanto, diante do caso apresentado, é notório que o fracionamento, pelo menos do que foi indicado, conforme comentado acima, seria bem mais vantajoso à Administração Pública, tendo em vista que surgiria a possibilidade de diversos licitantes, com especialidades diferentes de acordo com os itens, surgissem, e assim os preços seriam melhorados, em notório benefício ao Município.

E mais, há total possibilidade no parcelamento, visto que não se trata de um serviço ou objeto único, mas sim em diversos objetos e de áreas diferentes, embora parecidas.

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11.ª ed. São Paulo: 2005, Dialética, p. 208.

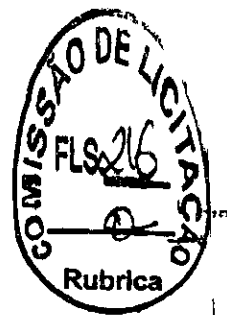
<sup>2</sup> JUSTEN FILHO. Op. cit. p. 208.

<sup>3</sup> PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei das Licitações e Contratações da Administração Pública. 6.ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 256.

<sup>4</sup> PEREIRA JÚNIOR. Op. cit. p. 250.

<sup>5</sup> JUSTEN FILHO. Op. cit. p. 207.

Colman Keller



Nesse sentido, um exame atento dos tipos de objeto licitados pela Administração evidencia que a divisão é extremamente necessária, pois traz benefícios diversos, proporcionando um aumento da competitividade e uma consequente diminuição dos custos para a execução do objeto.

#### DOS PEDIDOS

Ante o exposto, com fundamento na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.666/93, invocando os Princípios da Isonomia, da Competitividade, da Legalidade e da Razoabilidade, sob o foco do severo risco em ofender o caráter competitivo do certame caso permaneça a exigência impugnada, requer se digne o Ilmo. Sr. Pregoeiro em:

- a. Receber a presente impugnação como adequada e tempestiva;
- b. Em seguida, proceder aos trâmites necessários para informação do protocolo da presente impugnação, oportunizando os interessados a tomarem conhecimento;
- c. Por fim, determinar o fracionamento dos lotes apresentados no edital em tantos quantos forem necessários para dividir os produtos de acordo com compatibilidade, segmento, área e padrão, permitindo, assim, a maior competitividade e acesso dos interessados;
- d. Caso não seja esse o entendimento, proceder à divisão dos lotes 01 e 03, retirando dos mesmos os SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE BANNERS GRÁFICOS EM LONA, para depois ser criado um novo lote, exclusivamente para banners.

Uma vez acatados os termos defendidos na impugnação que importe em modificação dos termos do edital, requer a designação de nova data para realização do certame, com a consequente nova publicação do novo ato convocatório, permitindo, assim, amplo conhecimento aos interessados.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Fortaleza/CE, 09 de abril de 2021.

IMPUGNANTE

FUN NIGHT EVENTOS LTDA. (CNPJ 13.690.097/0001-531)

CPF 035.852.213-78 - RG 2000010516000-SSP/CE